

**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor
CTPD**

Ata da 40ª Reunião Ordinária de

Data: 16/09/2015

Local: Sala 2 – Subsolo CASS

Membros Titulares e Suplentes presentes: Wanderson Barreto Corrêa (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia Schlee (SMU/CGPU/CMP); Rosana Motta Gomes (SMU/CGPU/CMP); Marcelo Fonseca (SMU/CGPIS); Maria do Carmo (SMU/CGPE); Marcelo Aldaher Magalhães (Geo-Rio); Antonio Carlos Velloso (SMTR); Henrique Torres (CET-Rio); Arnaldo Lyrui (CET-Rio); Vera Bacelar de Sá (CET-Rio); Valeria Barbosa de Novais (SMO); Jean Pierre Janot (U/CGPU/CAU); Elvira Rossi (Rio-Urbe); Leonardo de Paiva Ferreira (Rio-Urbe); Robeta Gama (CVL); Ramon Arigoni Ortiz (CVL); Paula Merlino Machado (IRPH); Henrique Fonseca (IRPH).

A reunião foi iniciada às 10:15 horas.

Assuntos tratados:

Wanderson (CMP) passa os seguintes informes:

- A página do Sistema de Planejamento e do Comitê Técnico de Acompanhamento (CTPD) está passando por atualização;
- As reuniões da etapa de Avaliação do Plano Diretor e sobre a solicitação de contribuições dos órgãos para o Plano Estratégico estão ocorrendo. Informa que já foram realizadas reuniões sobre meio ambiente e habitação e estão agendadas as de mobilidade, saneamento ambiental e serviços públicos;
- Dentro do desenvolvimento do Plano Estratégico, estão ocorrendo os Debates Internos, envolvendo os técnicos da Prefeitura. O CTPD está presente nesse processo, que deve ser

finalizado até dezembro de 2015;

- Houve reunião com o C40 sobre planejamento urbano e em breve deve ocorrer uma apresentação deles no CTPD;
- Estamos realizando reuniões com o LabRio sobre a contribuição deles no processo de avaliação do Plano Diretor.

Velloso (SMTR) inicia a apresentação sobre a avaliação das ações estruturantes da Política de Transportes do Plano Diretor, orientando sua apresentação pelo disposto no artigo 215 da Seção III do Capítulo V do Plano Diretor – da Política de Transportes, o qual se refere especificamente às ações estruturantes desta política. Afirma que a Política de Transportes tem relação com diversos aspectos, como planejamento urbano, mudanças climáticas, segurança viária, pólos geradores de viagens, entre outros.

Velloso (SMTR) informa que o relatório definitivo do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) tem previsão de ser entregue no dia 18 de setembro de 2015 e deverá ser apresentado futuramente ao COMPUR.

Velloso (SMTR) informa que, em relação ao inciso “I - Complementação da rede de transporte de passageiros de alta capacidade”, considerando os corredores já construídos e os em fase de construção, existem quatro novos corredores de BRT implantados pela Prefeitura: TransOeste e TransCarioca (já em funcionamento); TransOlímpico e TransBrasil (em fase de construção). Tais ligações formam uma rede integrada de transportes em conjunto com os serviços de trem, metrô e barcas existentes e em construção.

Velloso (SMTR) observa que a sistemática de acompanhamento e planejamento da relação do uso do solo com a implantação das Trans tem sido benéfica para as regiões atravessadas por estes corredores de transportes e considera que esta prática deve ser incentivada e aprimorada.

Com relação ao inciso “II - Gestão junto aos órgãos das esferas públicas federal e estadual e privadas”, Velloso (SMTR) informa que a gestão integrada entre instâncias governamentais tem sido exercitada de forma mais efetiva nos grandes eventos como Copa do Mundo ou Olimpíadas.

Há, contudo, expectativa que esta prática venha a ocorrer de forma mais sistemática com o estabelecimento do Plano de Mobilidade e a recente aprovação do Estatuto das Metrôpoles.

Com relação ao inciso “III - Complementação das linhas 1 e 2 do sistema metroviário e implantação das linhas 4, 5 e 6”, Velloso (SMTR) informa que esses serviços são da tutela do governo estadual, que a linha 4 está em construção e que estão sendo feitos estudos sobre a ampliação do sistema de metrô. Afirma ainda que os corredores de BRT possuem integração com diversas estações das linhas de metrô existentes e planejadas.

Com relação ao inciso “IV- Construção de novos terminais de conexões intermodais”, Velloso informa que há terminais já construídos, alguns em obras e outros planejados para a realização dessas integrações. Apresenta ainda os projetos dos seguintes terminais: Magarça (projeto em desenvolvimento); expansão do Alvorada (obra em andamento); Centro Olímpico (obra em andamento); Salvador Allende (obra em andamento); melhorias no Mato Alto (projeto pronto, mas sem previsão de obras); melhorias no Curral Falso (projeto pronto, mas sem previsão de obras); melhorias do Santa Cruz (projeto pronto, mas sem previsão de obras); Presidente Vargas (projeto em desenvolvimento); expansão do Américo Fontenalle (projeto a ser implantado com a implantação do TransBrasil).

Velloso (SMTR) observa a necessidade de identificação de áreas públicas para locação de terminais de conexões intermodais e de terminais de BRTs.

Com relação ao inciso “V - Implantação de novos terminais e corredores segregados para o sistema de transporte público por ônibus”, Velloso (SMTR) rerepresenta os corredores de BRT, indica que o projeto do BRT Estrada do Magarça está sendo desenvolvido pela SMO. Comenta que, em relação ao texto da lei, há certa redundância entre essa ação estruturante e a ação estruturante referente à “Complementação da rede de transporte de passageiros de alta capacidade”.

Com relação ao inciso “VI - Intervenções nos sistemas de transporte e viário que viabilizem a conclusão do Anel Viário da Cidade”, Velloso (SMTR) indica que o trecho 6, que finalizará o anel, está com projeto desenvolvido.

Com relação ao inciso “VII - Intervenções no espaço urbano que viabilizem a implantação do

Corredor T5 articulados a políticas de Uso e Ocupação do Solo”, Velloso (SMTR) afirma que tais medidas foram contempladas da Área de Especial Interesse Urbanístico da TransCarioca, cujo projeto de lei se encontra na Câmara de Vereadores.

Com relação ao inciso “VIII - Estruturação de um órgão gestor que promova a integração de políticas públicas de transporte”, Velloso (SMTR) afirma que a Secretaria Municipal de Transportes teve nova estrutura aprovada em 2015, cuja implantação está em andamento.

Com relação ao inciso “IX - Vinculação e compatibilização do planejamento e da implantação da infraestrutura física de circulação e de transporte público às políticas e diretrizes de planejamento contidas no Plano Diretor”, Velloso (SMTR) indica que tal tipo de integração ocorre por meio do CTPD, Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor.

Com relação ao inciso “X - Previsão na legislação da implantação de locais para guarda e estacionamento de bicicletas nos terminais rodoviários, metroviários, aeroportuários e nas edificações”, Velloso (SMTR) afirma que há obrigação de bicicletários nos terminais e estações de BRT e em algumas tipologias de pólos geradores de viagem (shopping centers e hipermercados). A gestão desse tema é compartilhada com a SMAC.

Com relação ao inciso “IX - Vinculação e compatibilização do planejamento e da implantação da infraestrutura física de circulação e de transporte público às políticas e diretrizes de planejamento contidas no Plano Diretor”, Velloso (SMTR) aponta as iniciativas da SMTR na racionalização das linhas de ônibus da Zona Sul e na implantação de uma Rede de Corredores Preferenciais para o Transporte Público – BRS.

Henrique (CET-Rio) inicia a apresentação da CET-Rio destacando os objetivos e diretrizes da política de Transporte do Plano Diretor que têm relação com os trabalhos da CET-Rio, com enfoque na Seção IV - das Atividades Geradoras de Tráfego.

Arnaldo (CET-Rio) observa que os polos expressivos geradores de trânsito precisam adotar campanhas e estratégias de educação no trânsito.

Henrique (CET-Rio) destaca a importância dos incisos:

- “VIII. proporcionar condições seguras de circulação de pedestres e em especial para as pessoas portadoras de deficiência de qualquer natureza, atendendo aos princípios de acessibilidade e mobilidade universal;
- X. considerar na política de uso e ocupação do solo e de transporte os polos geradores de viagens e tráfego, condicionando a aprovação de empreendimentos a uma análise regionalizada dos impactos derivados;
- XIII. priorizar o transporte coletivo nos principais corredores de tráfego, aumentando a velocidade comercial dos ônibus, reduzindo o tempo total de viagem para os usuários e as emissões veiculares;”

Ao tratar das diretrizes da política de transporte do Plano Diretor, Henrique (CET-Rio) enfatiza a necessidade do desenvolvimento do debate com vistas à formulação de uma Política Municipal de Estacionamentos. Além de estar previsto no Plano Diretor, Henrique considera que a atual demanda por vagas requer muito espaço urbano. Observa ainda que a preocupação com a exigência de vagas não deve superar a preocupação com a garantia de acessibilidade universal ao transporte público.

Henrique (CET-Rio) indica que existem ainda outras diretrizes que precisam ser aprimoradas:

- “XIII. implantar semáforos sonoros nos principais cruzamentos viários da Cidade para a segurança da locomoção dos deficientes visuais;
- XVII. definir política de estacionamento de veículos turísticos;
- XVIII - estabelecer política de estacionamento em pontos turísticos da Cidade;
- XIX - atualizar e ampliar o sistema de sinalização turística da Cidade, de acordo com padrões internacionais;”

Henrique (CET-Rio) observa que a questão da informação no transporte ainda precisa ser aprimorada, tanto na legislação, quanto na operacionalização do sistema, e menciona que a expressão “pessoas portadoras de deficiência” utilizada no texto da lei é ultrapassada e precisa ser atualizada para Pessoas com Deficiência.

Em relação à questão da acessibilidade, Henrique (CET-Rio) informa que a Prefeitura lançou um projeto para garantir que as dez maiores destinações turísticas da cidade terão acessibilidade a partir de 2016, mas que isso não basta: a acessibilidade deve atender a toda a população e abranger toda a cidade.

Ao tratar dos Pólos Geradores de Viagens, Henrique (CET-Rio) indica a necessidade de aprimoramento na definição de normas mais objetivas relativas a licenciamento, acompanhamento, monitoramento e fiscalização. Informa que os licenciamentos que devem ser enviados para a CET-Rio atualmente são definidos pelo ofício 390/1997. Observa que a CET-Rio avalia um número elevado de processos (mais de 700 em 2014). Avalia ainda que, para empreendimentos de grande porte, por exemplo, seria mais efetivo se houvesse uma articulação entre os órgãos de modo a possibilitar uma análise conjunta, que avaliasse os impactos da construção de forma integrada. Indica que deveria ser criada uma taxa com percentual a ser definido (por exemplo: 1 ou 1,5% sobre o valor do imóvel), no caso de empreendimentos de grande porte, que deveria ser depositado em um Fundo Municipal de Transportes, com vistas a mitigar os impactos na mobilidade urbana.

Henrique (CET-Rio) sugere uma maior integração entre os órgãos SMTR, CET-Rio e SMAC para estudar soluções para diminuir as emissões de gases poluentes.

Henrique (CET-Rio) chama a atenção para a necessidade de racionalização da logística de cargas urbanas e observa que no texto do Plano Diretor pouca ênfase é dada a esta questão.

Henrique (CET-Rio) observa que maior ênfase deve ser dada à relação entre desenvolvimento urbano, geração de viagens e acessibilidade, e do desenho urbano com a segurança viária. Informa que em diversas cidades do mundo a questão da segurança viária é considerada fundamental e que no Brasil, esta questão ainda é negligenciada.

Com relação à formulação da Política de Transportes no texto do Plano Diretor, Henrique (CET-Rio) observa a necessidade de rever a redação dos artigos, muito longos, com aglutinação e redundância de ideias e conteúdos, uso de expressões ultrapassadas e lacunas que precisam ser preenchidas.

Wanderson (CMP) finaliza a reunião às 12h45.

ENCAMINHAMENTOS

A leitura e aprovação da ata da 39ª reunião deverão ser feitos no próximo encontro.